

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL: CENÁRIO NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS NO CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO

Alcemir Martins Corrêa ¹
Célia Beatriz Piatti ²

RESUMO

Este artigo fruto da dissertação de Mestrado, em andamento “Assentamento Três Corações: um território de descendentes do analfabetismo” tem a finalidade de apresentar um levantamento de produções referentes à temática. A pesquisa realizada por meio da teoria histórico-cultural, sustentada pelo materialismo histórico-dialético, procedeu sua investigação, a partir do Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasisbr), sob o pretexto de diagnosticar a oferta e a garantia da Educação de Jovens e Adultos (EJA), contudo a alfabetização, em assentamentos rurais do Brasil, nas últimas três décadas. A priori a pesquisa faz um recorte sobre o percurso histórico e posteriormente um mapeamento de obras na plataforma. Diante do levantamento produzido, foram observadas 3 dissertações, sendo 2 que versam prioritariamente no contexto do PRONERA, e 1 dissertação que dá subsídios para a compreensão da trajetória da EJA, sobretudo os altos índices de analfabetismo no Brasil e das políticas públicas contrapondo os interesses das populações camponesas. Tomando por base as análises produzidas, o campo da EJA, dentro da lógica da Educação do Campo tem sido alvo de avanços e retrocessos, principalmente no âmbito da alfabetização e carece de discussões fundamentadas em seus pressupostos teóricos, com o objetivo de garantir o direito ao acesso e à permanência de jovens, adultos e idosos na escola pública, consoante aos interesses da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização de Jovens e Adultos, Assentamento.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada por um campo da educação, que atua como uma modalidade de ensino destinada ao atendimento da demanda de sujeitos, que não tiveram acesso ou que tenham interrompido os estudos antes de sua conclusão em idade própria, na Educação Básica. Ao longo de seu percurso histórico, antes mesmo de tornar-se uma modalidade de ensino, a EJA, dentro da dimensão educacional, provém a partir do período

¹ Mestrando do curso de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, pantanneiro@hotmail.com;

² Doutora pelo curso de Educação - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, celia.piatti@ufms.com.

da colonização portuguesa no Brasil, quando os escravos daquele sistema político, foram privados da escolarização, que era destinada apenas aos filhos da elite colonial. Na verdade, sob a perspectiva ontológica, a educação já vem de uma representatividade contraditória. Saviani (2007), identifica que a educação foi destinada de maneiras diferentes, sendo para a classe proprietária, as atividades intelectuais, e, para a classe não proprietária, as atividades relacionadas à mão-de-obra.

No decorrer desta trajetória até os tempos atuais, em território brasileiro, surgiram lutas com o objetivo de ofertar e garantir educação para toda a população do país. A Educação Popular, por exemplo, caracterizou-se como um desses marcos pedagógicos de enfrentamento, com o objetivo de atender as camadas populares.

Atualmente, a EJA, é uma modalidade de ensino mantida pelo Ministério da Educação, em atendimento às políticas públicas. A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96), as Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos (2.000), o Plano Nacional de Educação (2014), entre outras, são políticas educacionais que norteiam, a implantação, e, por conseguinte, a garantia de atendimento à demanda de jovens, adultos e idosos urbanos e rurais. Por outro lado, os retrocessos, como a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o reordenamento de competências dentro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), somadas à supressão de políticas educacionais, desencadeou em perdas irreparáveis para as populações submissas.

Á vista do evidenciado, a pesquisa emerge de inquietações sob o contexto dos assentamentos da reforma agrária: a EJA constituída em assentamentos é ofertada e garantida para as populações camponesas, aos quem não tiveram acesso na idade própria ou ainda que tenha desistido de continuar os estudos da Educação Básica? Os jovens e adultos não alfabetizados estão sendo atendidos pela EJA, a partir dos interesses dos povos do campo? Há publicações acadêmicas nesse sentido?

Nesse viés, tomamos por base uma pesquisa realizada no Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasisbr) utilizando-se de descritores conforme estabelecido adiante. A estrutura dessa pesquisa apresenta um breve curso histórico que contempla as discussões sobre as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos em um recorte de 1991 a 2021, além do cenário da EJA em assentamentos rurais.

Destarte, verificamos a ausência de publicações inerentes à alfabetização de jovens e adultos, contudo acerca da escolarização das demandas efetivamente constituídas em áreas camponesas. Desse modo, entendemos que a escassez de contribuições científicas, está

relacionada, com o processo histórico, a que a classe trabalhadora esteve submetida. Apesar dos avanços de algumas políticas educacionais, constata-se a necessidade do desenvolvimento de políticas que contraponham os interesses capitalistas.

METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico escolhido possui um caráter de inventariação daquilo que está disponível em plataformas de produções científicas, definidas como repositórios de trabalhos acadêmicos. Através deste tipo de demonstração é que podemos delinear e atingir os objetivos pretendidos.

Desta forma, a pesquisa perpassa pela investigação dos resumos dos trabalhos publicados na Plataforma Oasisbr, elegida por educadores como um repositório que abarca o maior número de trabalhos aprovados pelas universidades. A importância de analisar essas fontes documentais oferece subsídios para identificar e compreender as produções contempladas por um determinado período

A consulta realizada no banco de dissertações e teses da Plataforma Oasisbr, foi concebida inicialmente por meio da inserção de três descritores: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Assentamento. Posteriormente, houve a supressão do primeiro descritor, para a submissão do descritor Alfabetização de Jovens e Adultos. Em ambos os casos, foi utilizado o campo do título como critério para a busca.

A partir da primeira consulta acima descrita, de onde foram encontrados 20 resultados, foi estabelecido a escolha por 3 dissertações, já na segunda proposição de consulta, com a inserção do descritor alfabetização, não foram encontradas dissertações. Em nenhuma das duas estratégias de pesquisa foram identificadas teses sobre o objeto proposto.

O critério de seleção das dissertações contempladas neste artigo, partiu da hipótese descritiva dos resumos lidos que mais se identificaram com a proposta definida para a produção deste trabalho.

Entender esses resultados, implica em considerar não somente os números, mas como também seus resumos. Por sua vez, o pesquisador possui a autonomia para verificar toda a sua dimensão estrutural apontada nos eixos introdutórios e conclusivos das dissertações e teses, produzindo uma análise sobre o procedimento metodológico e seu enfoque teórico, contudo, observar a contextualização histórica e política do momento da produção acadêmica.

Dessa forma, deliberou-se primeiramente pelo levantamento quantitativo das produções, e posteriormente, o enfoque passou a ser a leitura e análise dos resumos dos



trabalhos assistido pela teoria histórico-cultural. Na dificuldade de resultados pertinentes nos resumos, o trabalho foi lido na íntegra. Para a análise, buscou-se verificar a perspectiva teórica, os procedimentos e discussões recorrentes nas pesquisas encontradas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Analisar as teses e dissertações das últimas três décadas, justifica-se pelo advento da construção de uma nova proposta de educação, na década de 90, fundada sob a articulação dos movimentos sociais do campo que desencadearam avanços educacionais, como por exemplo, a terminologia “Educação do Campo”, substituindo o termo “Educação Rural”.

Com base nessa discussão, há de se considerar também como acontecimento histórico, o “1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária” (1ª ENERA), ocorrido em 1997, na capital Brasília, além da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998. O PRONERA, progênito das mobilizações dos movimentos sociais, constituiu-se como um marco de políticas, reivindicadas pelos trabalhadores dos campos. Para Molina (2003), ele tornou-se uma das “primeiras políticas públicas de Educação do Campo” (MOLINA, 2003, p.50), instaurando-se contra a hegemonia do poder.

A década de 90 consolidou-se como um período de constituição de políticas públicas, motivadas pelo protagonismo das lutas sociais. Para Caldart (2003), “ Sem movimento não há ambiente educativo; sem movimento não há escola do campo em movimento”. (CALDART, 2013, p, 76).

Simultâneo à ascensão, o recorte pretendido, através da Plataforma Oasisbr, nos remete a apontar as políticas públicas constituídas pelo mesmo período, para compreendermos os retrocessos e avanços da EJA no Brasil. É possível observar as contribuições mais evidentes no campo das políticas educacionais para as populações camponesas nas últimas décadas, e especialmente pela intencionalidade de perceber o cenário atual da EJA dentro dos assentamentos rurais. Outro critério estabelecido desta investigação para o período proposto, foi a aprovação da Constituição Federal, de 1988, um marco político para o Brasil.

A *priori*, o percurso histórico da EJA, a partir de 1991, traz consigo resquícios da extinção do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1985, da Fundação Educar em 1990, e da implantação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), pelo Governo Collor em 1990, que posteriormente foi ignorado pelo Presidente Itamar Franco. Além disso, em atendimento aos compromissos assumidos com a Conferência Mundial para a



Educação de Todos, na Tailândia no ano de 1990, organizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), foi desencadeado o Plano Decenal no final do Governo Itamar Franco em 1994 e início da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que por sua vez, optou em aprovar novas medidas no campo da educação pública, abandonando o Plano Decenal.

Contudo, em 1996, foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em que teve como relator, o Senador Darcy Ribeiro, trazendo muitas mudanças em relação às Constituições anteriores. Apesar dos avanços e das novas discussões, a Educação de Jovens e Adultos, de agora em diante vista legalmente como uma modalidade de ensino, não foi tratada tal como deveria ser. As políticas de atendimento do governo citado, entendiam que investimentos em classes de alfabetização, por exemplo, ampliaria as taxas de desemprego dos jovens e adultos não alfabetizados. Na verdade, o interesse do mercado econômico sobre as questões políticas é o que historicamente tem caracterizado essas discussões e atendimentos de modo parcial. O Art. 37 da LDB 9.394/96, em seu primeiro parágrafo contempla:

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

A alegação de que as singularidades e as especificidades locais devem ser asseguradas à demanda de jovens e adultos, não quer dizer que essa modalidade de ensino esteja, realmente, constituída nos territórios de sua aplicação, e tampouco se está sendo garantida uma aprendizagem com significados e com uma estrutura mínima para a sua permanência. Surge, desta forma, a importância do mapeamento para que se possa compreender o contexto da EJA em tempos atuais, o qual será discutido adiante.

Em continuidade à trajetória histórica, ainda que breve, após a constituição da LDB de 1996, as lutas camponesas de superações pela valorização de seus territórios e dos povos do campo, teve sua concepção contra hegemônica. Frente às discussões advindas das lutas dos camponeses, dos movimentos sociais, surge no ano 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, normatizada pela Resolução CNE/CEB nº 1/2000, fazendo referências à exclusão, evasão, precariedade das condições sociais, entre outros aspectos. No entanto, a inclusão dos jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade própria, não os exime da exclusão social.



Nesse sentido, ao construir políticas públicas em Educação de Jovens e Adultos, é necessário para provocar a discussão sob a lógica fundamental da criticidade, sob o olhar coletivo e transformador. A aprovação de leis que respaldam a modalidade de ensino em estudo, requer enxergá-las no âmbito das lutas sociais em contrariedade aos interesses das questões econômicas difundidas pela classe dominante. A fundamentação dessas políticas e a sua significação para os camponeses deve ser premissa nas pautas de discussões do campo educacional, especialmente da Educação do Campo, que desde nos anos 1990 tem se tornado fruto de uma concepção ancorada numa dimensão transformadora.

Ainda acerca do cenário da Educação de Jovens e Adultos, é constituído em 2001, o Plano Nacional de Educação com a Lei 10.172, e posteriormente a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No que tange às políticas públicas aprovadas a partir deste período, vale destacar os programas criados, como o Brasil Alfabetizado em 2003, o PROJOVEM em 2005, o PROEJA em 2006, e ainda o Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar definido como instrumento de formação continuada para professores estendido para diversas áreas do conhecimento, incluindo a Educação de Jovens e Adultos.

Em 2010, emerge um aumento dos investimentos dentro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), antigo FUNDEF, que elevou o direcionamento de recursos para a EJA. Além disso, foram firmadas outras políticas em atendimento à demanda, como o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC EJA), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros, na gestão do Presidente Lula e posteriormente, da Presidenta Dilma Rousseff.

Ainda sobre o ano de 2010, esteve em pauta, a aprovação, por parte do Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que manteve algumas políticas anteriores e estabeleceu novas orientações que basicamente tratou de questões estruturais, tais como, sua oferta, responsabilidades também do Estado, idade mínima, duração dos cursos presenciais, educação profissional, certificações, educação à distância, estruturas tecnológicas, entre outras demandas.

Constata-se que a política herdada, tem sua gênese na trajetória histórica da educação e da colonização do país, que ramificada aos interesses da burguesia, assume o papel hegemônico, defendendo que a Educação de Jovens e Adultos se submete ao mundo do trabalho, ou seja, é preciso frequentar a escola para atender a uma necessidade vinculada ao domínio, e, portanto, não além de suas necessidades.



O recuo efetivou-se muito claro, durante o Governo de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, onde não há indícios de contribuições no campo das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, muito pelo contrário, o governo Temer diminuiu significativamente os recursos destinados para esta modalidade de ensino. Programas como o Livro Didático e o Brasil Alfabetizado principalmente, estão sendo extintos pela ausência de investimentos financeiros. A PEC 241, aprovada em 2016, com o discurso da necessidade de equilíbrio das contas públicas, reduziu e reduzirá os recursos para a área da saúde e educação por 20 anos, trazendo prejuízos incalculáveis para as populações pobres.

Durante o Governo Bolsonaro, o Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), inibindo claramente o fortalecimento da inclusão social, caracterizando-se como um retrocesso no campo educacional, e alinhamento à política neoliberal. Enquanto o poder público praticamente elimina a Educação de Jovens e Adultos e outras políticas, das discussões do campo social, segundo dados do IBGE – PNAD Contínua Educação 2019, praticamente 11 milhões de pessoas acima dos 15 anos no Brasil, não sabem ler nem escrever.

Diante do percurso exposto, ao longo da história, a Educação de Jovens e Adultos, têm sido alvo nos últimos 30 anos de discussões frente à realidade estampada pelo analfabetismo no país. Essa negação ao direito estabelecido na Constituição Federal (1988), caracteriza-se pelo tipo de controle que a sociedade capitalista tem sobre a classe trabalhadora.

A ausência de políticas públicas, numa perspectiva de coletividade, contudo, sob a condição de uma educação escolar pautada pela difusão dos conhecimentos bem elaborados, evidenciam o tipo de escola, o tipo de sujeito que a hegemonia pretende produzir.

Em consequência disso, a partir de 2019, no Governo Bolsonaro, a desvalorização da educação, a precarização dos serviços públicos, a ausência de investimentos, e, a extinção de políticas públicas, colocam ainda mais a educação num processo de desumanização, a serviço dos interesses econômicos e políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa possibilitou a investigação de dissertações e teses, acerca dos descritores propostos na introdução deste trabalho. Estabelecido o critério de consulta, foi possível verificar a ausência de publicações nesse sentido. A seleção dos trabalhos apresentados no quadro abaixo, foram as que mais se aproximaram das pretensões propostas.

Quadro 1: Dissertações

Educação do Campo – Educação de Jovens e Adultos - Assentamento

Ano	Área	Instituição	Tipo	Título	Autor/Orientador
2011	Educação	UFPB (Paraíba)	Dissertação	Educação de jovens e adultos em assentamentos rurais na Paraíba: um novo campo de organização e participação?	REGO, Paula Renata Cairo do / MOREIRA, Orlandi de Lima.
2012	Educação	UFV (Viçosa)	Dissertação	A Educação de jovens e adultos do campo: um estudo nos projetos de assentamento de Natalândia MG	FARIA, Ana Lucia Ferreira / SOUSA, Dileno Dustan Lucas de.
2014	Educação	UFC (Ceará)	Dissertação	Educação de Jovens e Adultos do campo e a permanência escolar: o caso do Assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará	LIMA, Nara Lucia Gomes / SOUZA, José Ribamar Furtado de.

Fonte: Plataforma Oásisbr. Organização (CORRÊA, 2021)

Acerca das dissertações analisadas de Rego (2011), Faria (2012) e Lima (2014), ao tratar do mesmo objeto de estudo, apesar das distintas realidades, observa-se em suas bases teóricas, a fundamentação em autores como Giroux, Libâneo, Saviani, Brandão, Pierro, Haddad, Vendramini, Arroyo, Caldart, Molina, Chauí, Freire, Therrien, entre outros.

Entendemos que esses autores representam uma trajetória histórica e teórica de engajamento por melhores condições de vida à classe trabalhadora. Do mesmo, preconizamos consultas aos teóricos de base marxista, contudo, as contribuições de Lev Semionovich Vigotski, por dedicarem seus estudos ao comportamento do indivíduo em contato com a sociedade.

Consoante aos avanços e retrocessos das políticas públicas implementadas para a EJA, e, frente aos escritos encontrados, evidencia-se a relevância da articulação de movimentos sociais organizados, e, o amplo debate para o desenvolvimento de ações voltadas aos interesses das populações do campo, as quais tem seus direitos segregados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância à análise realizada, as produções apresentam discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos, no campo das políticas educacionais, como resultado das lutas



sociais empreendidas socialmente. O Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), entre outras frentes, constituíram-se como objetos de pesquisa das dissertações analisadas. A democratização do ensino, por meio de uma educação problematizadora, articulada com as correntes pedagógicas críticas, são determinantes na compreensão dos sujeitos do campo, como sujeitos de direitos.

Concluimos, que apesar dos avanços observados em sua trajetória histórica, a Educação de Jovens e Adultos, efetivou-se como um campo de luta em combate ao alto índice do analfabetismo, todavia, às desigualdades sociais produzidas no cerne da sociedade capitalista. No cenário atual, caracterizado pelo descaso político, os avanços ora conquistados no campo das lutas, padece de financiamento.

Lança-se o desafio pela oferta, assegurando o acesso e a permanência de uma demanda discriminada e excluída da sociedade. Urge o fortalecimento e a articulação dos movimentos sociais. Torna-se urgente, a luta, a resistência, o enfrentamento às práticas que desestruturam os amparados, os suprimidos, os menos favorecidos. É imprescindível a participação popular nessa mudança política e econômica.

Tomando por base as análises produzidas, o campo da EJA, dentro da lógica da Educação do Campo tem sido alvo de avanços e retrocessos, principalmente no âmbito da alfabetização e carece de discussões fundamentadas em seus pressupostos teóricos, com o objetivo de garantir o direito ao acesso e à permanência de jovens, adultos e idosos na escola pública, consoante aos interesses da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988** – Senado Federal, Primeira Secretaria, Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília-DF: 1996.

BRASIL, CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Resolução n. 1, 5 de julho de 2000.

BRASIL, 2019. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Dispositivos constitucionais pertinentes. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 4ª edição – Brasília – 2007.



BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 mai. 2021.

CALDART, R S. **A escola do campo em movimento.** Disponível em http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao-MII/3SF/A_ESCOLA_DO_CAMPO_EM_MOVIMENTO.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

FARIA, A L F. **A Educação de Jovens e Adultos do Campo: um estudo nos projetos do assentamento de Natalândia-MG.** Viçosa-MG, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (Pnad Contínua: Educação 2019). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

LIMA, N L G. **A Educação de Jovens e Adultos do Campo e a permanência escolar: o caso do Assentamento 25 de maio, Madalena, Ceará.** Fortaleza-CE, 2014.

MOLINA, M C. **Contribuições do PRONERA nas construções políticas de educação do campo e desenvolvimento sustentável.** Tese de doutorado. Brasília, DF, 2003.

REGO, P R C do. **Educação de Jovens e Adultos em Assentamentos Rurais na Paraíba, um novo campo de organização e participação.** João Pessoa-PB, 2010.